

Norman L. Geisler e Thomas A. Howe, *Manual Popular de Dúvidas, Enigmas e "Contradições" da Bíblia* (São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1999), 578 pp. Traduzido por Milton Azevedo Andrade do original em inglês *When Critics Ask: A Comprehensive Handbook on Bible Difficulties* (Scripture Press, 1992).

Para os que procuram explicações sobre dificuldades e aparentes contradições da Bíblia, esta é uma obra que vem em boa hora. Lançada no ano passado em português, preenche, em grande parte, a lacuna que temos de livros nessa linha em nossa língua. Um dos seus autores, Norman Geisler, é bem conhecido de nosso público. Várias de suas obras têm sido traduzidas para o português e, no vol. III, nº 2 (Julho-Dezembro de 1998) de *Fides Reformata*, uma delas (de co-autoria com William Nix) foi objeto de resenha nossa (*Introdução Bíblica: Como a Bíblia Chegou até Nós*). Não sabemos se Thomas A. Howe, seu co-autor neste "Manual," tem algum outro trabalho já publicado em português. É atualmente professor de Bíblia e Literatura Bíblica no Southern Evangelical Seminary, em Charlotte, na Carolina do Norte, Estados Unidos, onde seu colega e co-autor Norman Geisler é também professor (de Teologia e Apologética) e deão.

A obra pretende ser abrangente, como denota seu subtítulo em inglês (*A Comprehensive Handbook*) e, de fato, cobre a maioria das passagens bíblicas que oferecem dificuldades de compreensão ou harmonização com outras. São mais de 800 passagens estudadas, todas na ordem em que se encontram na Bíblia. Primeiro a passagem é citada, depois é apresentado o problema (real ou suposto), da forma como os críticos o vêem (fiel ao título do original *When Critics Ask* - "quando os críticos interrogam") e, finalmente, é dada a solução que os autores entendem ser adequada.

Na Introdução, os autores apresentam seu firme compromisso com a autoridade das Escrituras, deixando claro que acreditam na sua inspiração e inerrância. Partem do pressuposto de que elas são a Palavra de Deus e, por conseguinte, não podem conter erros, porque Deus não pode errar. Se a Bíblia é inspirada, é inerrante, afirmam enfaticamente. As dificuldades, que devem ser admitidas, precisam ter outra qualificação que não a de erros. "Os erros não se acham na revelação de Deus, mas nas falhas interpretações dos homens," afirmam categoricamente (p. 17). Também é citada a observação de Agostinho de que "se estamos perplexos por causa de qualquer aparente contradição nas Escrituras, não nos é permitido dizer que o autor desse livro tenha errado; mas ou o manuscrito utilizado tinha falhas, ou a tradução está errada, ou nós não entendemos o que está escrito" (p. 17). Dezessete erros cometidos pelos críticos são enumerados como causa de suas alegações, e a correção desses erros serve como um resumo das principais regras de uma boa hermenêutica bíblica.

A obra é apresentada por seus editores como "cinco livros em um": "um livro sobre dificuldades bíblicas", "um manual de apologética", "um comentário bíblico", "um manual teológico" e "um livro de evangelismo." A despeito da hipérbole, não deixa de ser verdade que a natureza do trabalho exigiu incursões em todas essas áreas. De modo geral, as soluções propostas são boas e representam aquilo que a erudição teológica tem alcançado ao longo dos anos. Questões que vão desde as mais antigas, como "com quem Caim casou-se," até as mais atuais, como se "a visão de Ezequiel é manifestação de OVNI e de extraterrestres," são abordadas de modo interessante e claro. A área em que a obra mais deixa a desejar, ao nosso ver, é a da teologia, especialmente no que diz respeito à interpretação reformada. Embora os autores se apresentem como calvinistas (p. 521), dificilmente algumas de suas posições podem ser assim qualificadas. A

abordagem teológica, de modo geral, não é coerente com o modo reformado de se interpretar a Bíblia. Podem ser apresentados alguns exemplos de como os autores afastam-se dessa interpretação, em passagens onde a distinção entre calvinismo e arminianismo é mais saliente (os textos entre parênteses, a seguir, referem-se às passagens comentadas pelos autores):

1. Eles crêem, como os arminianos, que Cristo morreu igualmente por todas as pessoas, ainda que nem todas efetivamente venham a ser salvas, negando a doutrina reformada da expiação limitada (também chamada de redenção particular). Dizem: "Jesus morreu tanto por seus amigos (discípulos) como por seus inimigos.... De fato ele morreu por aqueles que se tornariam seus amigos, mas morreu também por aqueles que permaneceriam como seus inimigos" (João 10:11, p. 424). "Jesus morreu pelos pecados do mundo" (referindo-se ao mundo todo - João 17:9, p. 429); "... pela cruz, todas as pessoas se tornam passíveis da salvação, mas... nem todas se salvarão.... não podemos nos tornar justos em Cristo se não aceitarmos, por nossa livre escolha, esse dom de Deus" (Rom. 5:19, p. 448), etc. Esta certamente não é a convicção reformada. São os arminianos que crêem que a obra redentora de Cristo tornou possível a salvação de todos, mas não assegurou a salvação de ninguém. Segundo estes, a morte de Cristo capacitou a Deus perdoar pecadores na condição de que escolham crer. A redenção de Cristo só se torna efetiva se o homem escolhe aceitá-la. Os calvinistas crêem que a obra redentora de Cristo foi intencionada somente para os eleitos e, de fato, assegurou a salvação destes. Sua morte foi um sofrimento da penalidade do pecado no lugar de certos pecadores específicos. Além de remover o pecado do seu povo, a redenção de Cristo assegurou tudo o que é necessário para a sua salvação, inclusive a fé que os une a Ele. O dom da fé é infalivelmente aplicado pelo Espírito a todos por quem Cristo morreu, garantindo deste modo a sua salvação. Para explicar textos que falam da obra de Cristo em sentido geral, que parecem ensinar que Cristo morreu por todos, os autores esquecem-se dos que falam da obra de Cristo em sentido particular e exclusivo.

2. Eles crêem, como os arminianos, que Cristo removeu a culpa do pecado original de todas as pessoas e que Deus só condena alguém na base do seu pecado atual. Afirmam: "... em Cristo todos se tornam oficialmente justos, embora não pessoalmente numa condição de fato. E assim como toda pessoa que atinge a idade da responsabilidade tem de pecar ela mesmo para tornar-se culpada... Cristo removeu a culpa oficial e judicial que estava imposta à humanidade por causa do pecado de Adão. ...Isso não significa que todos estão de fato salvos, mas somente que não mais se acham legalmente condenados" (Rm 5:19, p. 448). Os calvinistas crêem que Deus não precisa esperar que a pessoa cometa pecados conscientes para considerá-la pecadora e legalmente condenada. Todos já nascem nessa condição e nela continuam até que sejam efetivamente salvos. Deus não condena apenas porque o homem não crê. A incredulidade já é parte dessa condenação. O homem não crê porque já está condenado, num estado de total inabilidade espiritual. Para que alguém creia é preciso que seja regenerado pelo Espírito e receba o dom da fé. A fé não é algo que o homem dá para a sua salvação, mas é algo que ele recebe para ser salvo. É o dom de Deus para o pecador e não o dom do pecador para Deus. Ver Ef 2:8; Fp 1:29; At 1:18; 16:4.

3. Eles crêem, como os arminianos, que é o arrependimento que produz a salvação. Afirmam: "Deus sempre honra o arrependimento sincero de pecadores e lhes propicia a salvação" (Hebreus 12:17, p. 530). E, ainda: "... o arrependimento pode ser entendido como um dom ou uma dádiva de Deus. Mas tal como acontece com todas as demais dádivas, para ser desfrutado, ele tem de ser recebido. Desse modo, Deus oferece a todos os que querem a dádiva do arrependimento para a vida eterna. Aqueles que não querem

essa dádiva não recebem o arrependimento. Dessa maneira, Deus é imparcial em sua oferta mas o homem ainda é responsável por aceitar ou rejeitar a dádiva do arrependimento, que é necessária para a salvação." Eles qualificam também o arrependimento como sendo uma oportunidade ou provisão dada por Deus, mas, ainda assim, ato do livre arbítrio humano. "O mesmo pode ser dito a respeito do fato de ser ou não a fé um dom de Deus," dizem eles (2 Tm 2:25, p. 510). Os calvinistas crêem que é Deus quem dá o arrependimento, assim como a fé. Ver At 5:31; 11:18 e 2 Tm 2:25. Dessa forma, o arrependimento é resultado da salvação (regeneração) e não a sua causa. Sem ser regenerado, o homem jamais quererá arrepender-se e crer, pois é totalmente inábil para isso. Ver Jo 3:5; 6:44; 1 Co 2:14; Jó 14:4; Jr 13:23.

4. Eles concordam com os que crêem, como os arminianos, na inocência das crianças e, por isso, na salvação necessária de todas as que morrem na infância. Acreditam que as crianças não são moralmente responsáveis, que a morte de Cristo cancelou a culpa do pecado de Adão e "libertou a humanidade dessa culpabilidade" (Rm 5:14, p. 447) e que "todos nascem com a tendência para o pecado, mas não nascem em pecado na realidade" (SI 58:3, p. 248). A doutrina reformada da depravação total ensina que até que seja redimido por Cristo, o homem está sob a culpa do pecado original tanto quanto da dos seus pecados atuais. As crianças, por conseguinte, embora não tenham consciência de pecados atuais, têm uma natureza corrupta e pecaminosa tanto quanto os adultos e trazem sobre si a culpa do pecado de Adão. Os calvinistas que aceitam a salvação de crianças que morrem na infância o fazem no pressuposto de terem sido elas eleitas por Deus em Cristo Jesus, e não com base na sua "inocência" ou ausência de pecado original. É o ponto de vista da Confissão de Fé de Westminster: "*As crianças eleitas que morrem na infância são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer*" (X, 3). Ver artigo "Os que Morrem na Infância: São Todos Salvos? *Fides Reformata* IV:2 (Julho-Dezembro 1999), pp. 87-109).

5. Eles entendem, como os arminianos, que a pessoa crê para ser regenerada. Ensinam: "... pessoas não salvas podem ouvir, entender o evangelho e crer para serem regeneradas – revivificadas espiritualmente" (Ef 2:1, p. 482). A *ordo salutis* dos calvinistas coloca a regeneração como fator necessário para a fé. O homem precisa primeiro ser regenerado para crer e não crer para ser regenerado. Ver Jo 3:5 e At 16:14.

6. Eles, como os arminianos, não associam a presciência de Deus diretamente ao seu decreto soberano, no que diz respeito à onisciência divina. Afirmam: "Em sua onisciência, Deus sabia exatamente o que Abraão faria, já que ele sabe todas as coisas... Entretanto, o que Deus sabe por cognição e o que se sabe por demonstração são duas coisas diferentes. Depois de Abraão ter obedecido à ordem de Deus, ele demonstrou o que o Senhor sempre soube, isto é, que Abraão temia a Deus" (Gn 22:12, p. 57). E ainda: "Deus em sua onisciência sabia de antemão exatamente como o Faraó iria agir, e ele usou isso para realizar os seus propósitos" (Rm 9:17, p. 451). Na tentativa de explicar o aparente paradoxo entre a responsabilidade do homem e a soberania de Deus (de fato, incompreensível à nossa mente finita), acabam por negar a soberania e independência do decreto divino. Os calvinistas atribuem a presciência de Deus ao fato de ter ele soberanamente decretado todas as coisas que acontecem. A Confissão de Fé de Westminster expressa essa convicção reformada da seguinte forma: "*Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições*" (III, 2). Deus não decretou porque sabe que algo irá acontecer, mas sabe que algo irá acontecer porque decretou.

Tais observações poderiam ser mais breves e genéricas, nesta resenha, se os autores não se apresentassem como calvinistas (pelo menos quando comentam Hb 6:4-6, p. 521). Aliás, nem mesmo na interpretação dessa passagem os autores seguem a linha tradicional reformada. Eles a interpretam como se referindo a crentes que pecam, “um desvio de rumo” que não exige um novo arrependimento, e não a uma apostasia de pessoas que professaram a fé mas nunca foram realmente salvas. Não obstante, o próprio Calvino interpreta a passagem como se referindo a descrentes, a aqueles que abandonam completamente o Evangelho e renunciam inteiramente à graça de Deus. Ele identifica tal atitude como sendo o pecado contra o Espírito Santo, que não tem perdão (ver seu Comentário de Hebreus, *in loco*).

Teólogos de convicções as mais diversas insistem atualmente em rotular-se de calvinistas ou reformados, mesmo que sua crença esteja em aberta discordância dos ensinamentos de Calvino ou das confissões e credos reformados. Sob esse abrigo aninham-se hoje, infelizmente, “aves de diferentes plumagens,” causando confusão ao verdadeiro conceito de calvinismo.

Outras interpretações teológicas questionáveis ainda podem ser apontadas, tais como: a) que Israel, como descendente de Abraão na carne, vai literalmente possuir a terra da Palestina para sempre (Rm 11:26-27, p. 453); b) que a unidade do Filho com o Pai, mencionada em João 10:30, refere-se à “unidade de natureza” (p. 425), quando a expressão grega *en evsmen*, vista à luz de outras passagens, como 1 Co 3:8, e do próprio contexto, dá mais a entender o sentido de “unidade de propósito”; c) que Paulo foi “batizado nas águas” (1 Co 1:17, p. 455), citando At 9:18 e 22:16, quando os referidos textos não dão base para esse modo de batismo; d) que a expressão “filhos de Deus” de Gênesis 6:2 pode se referir a anjos (comentando 2 Pe 2:4, p. 544), quando os mesmos autores, no comentário de 1 Pe 3:19 (p. 540), corretamente afirmam que “os anjos não se casam” e não podem “relacionar-se em casamento com seres humanos, já que, sendo espíritos, eles não têm os órgãos reprodutivos” (contradições dessa natureza podem ser atribuídas a um livro escrito em co-autoria); e) que o homem não pode ver a Deus nesta vida por ser mortal mas que na próxima o verá “em sua essência” (Jo 1:18, pp. 411-412), atribuindo assim a invisibilidade de Deus a uma limitação humana temporária e não a uma distinção essencial de sua natureza; f) que “os sacrifícios no AT não tinham o propósito de remover o pecado, mas de apenas cobri-lo até a vinda de Cristo, o qual, este sim, pôde remover o pecado”. “Os sacrifícios do AT apenas proporcionaram uma cobertura temporária dos pecados, até que Cristo propiciasse a solução definitiva ao problema do pecado,” afirmam (Hb 10:11, p. 529), esquecendo-se de que eles eram apenas o símbolo daquele sacrifício que é eficaz em todas as épocas, pois Cristo é o “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13:8) e cujo sangue foi “conhecido antes da fundação do mundo” (1 Pd 1:19-20). Por isso Davi podia dizer, já no tempo do Antigo Testamento, “Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada, cujo pecado é coberto” (Sl 32:1), sem fazer distinção entre as expressões “perdoar” e “cobrir” pecados, mas usando-as em paralelismo sinonímico; g) que todos os crentes têm o mesmo poder dado aos apóstolos “de pronunciar o perdão de pecados, como testemunhas das boas novas de Cristo” (Jo 20:22-23, p. 432), sem considerar que isso provavelmente se refere à autoridade declarativa dada oficialmente por Cristo à Igreja, através dos apóstolos.

Outras questões poderiam ainda ser levantadas, mas estas são suficientes para mostrar que, do ponto de vista teológico, e especialmente do reformado, a consulta à obra precisa ser feita com cuidado e senso crítico. Ela não deve ser tida como uma referência final

nessa área.

Ainda uma última ressalva pode ser feita com respeito ao título do livro em português, não só por ser muito extenso, mas também por não nos parecer o mais adequado. A parte final do título em inglês (que inclusive foi omitida nesta versão brasileira), *Manual de Dificuldades Bíblicas*, nos parece suficiente e própria para descrever o conteúdo da obra.

A despeito dessas observações, a Editora Mundo Cristão está de parabéns por colocar à disposição dos leitores uma publicação de natureza tão escassa em nossa língua e de tão primorosa apresentação gráfica, a qual certamente oferecerá a todos os que a consultarem elementos para melhor compreender a Bíblia e defendê-la perante os seus críticos. Outras publicações dessa natureza serão certamente bem-vindas.

João Alves dos Santos